

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.367.337 - SP (2018/0244532-7)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - SP303021
ANGELA SOUZA HANATE - SP251773
ANA ELISE MILANI PERINI E OUTRO(S) - SP390092
AGRAVADO : SERGIO TADEU HENRIQUES MARQUES
ADVOGADO : SÉRGIO TADEU HENRIQUES MARQUES (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - SP205005

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÕES DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO. PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA (PROAGRO). BANCO CENTRAL DO BRASIL. LEGITIMIDADE PASSIVA. AGRICULTOR. PLANTAÇÃO DE TOMATE AFETADA PELA DOENÇA "NEMATOIDES". PROVA PERICIAL CONTUNDENTE. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO EM DECORRÊNCIA DOS CONTRATOS FIRMADOS PELAS PARTES. CÉDULAS RURAIS PIGNORATÍCIAS. APELAÇÃO ADESIVA. SUCUMBÊNCIA DO RÉU BANCO DO BRASIL. APELAÇÕES IMPROVIDAS. (...) (fl. 2.065)

Opostos embargos de declaração, restaram desacolhidos.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente, alegando a violação do art. 1.022 I e II do Código de Processo Civil de 2015 sustentou, em síntese,

Superior Tribunal de Justiça

a existência de omissão e contradição no acórdão recorrido e que "o vício apontado, portanto, torna a decisão contraditória, porque em um ponto afirma que o autor faz jus à exoneração conforme as normas previstas no regulamento do PROAGRO, e em outro fixa que deve ser pago 99% do valor do financiamento." [sic] (e-STJ fl. 2.143).

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, a irresignação recursal não pode prosperar.

Quanto à alegada ofensa ao artigo 1.022, I e II, do Código de Processo Civil por omissão e contradição no tocante ao correto montante condenatório de acordo com a efetiva cobertura do PROAGRO, constata-se que não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide **com fundamentação suficiente a controvérsia**.

Na hipótese em exame, a Corte local assim consignou quanto à matéria, *verbis*:

E aqui vale transcrever excerto da r. sentença de primeiro grau, ora objeto de irresignação, verbis:

"No caso presente, observo que o sinistro experimentado pela lavoura do autor enquadra-se na situação descrita na letra "I" do item 1 do Regulamento retro transcrito.

A essa conclusão chegou também o agente e co-réu BANCO DO BRASIL, como se observa do laudo de fl. 91 - item 11: EVENTO: "Nematóides" e, no item 13: Foi possível comprovar com segurança o(s) evento(s) e as perdas ocorridas? Sim - esclarecendo que 'A lavoura encontra-se com 90% da área atacada por nanatoides (PRAGA DE DIFÍCIL CONTROLE), o que está causando a morte das plantas, deixando falhas na lavoura, e provocou uma redução de 70% na produção esperada inicialmente e deverá se agravar ainda mais até a colheita.'"(fl. 1406-v dos autos, destaquei).

Além disso, o Apelante não trouxe nenhuma outra evidência para afastar a prova pericial trazida aos autos, categórica no sentido de que o autor, ora Apelado, foi zeloso e suficientemente diligente no preparo e no desenvolvimento vegetativo da plantação de tomate. E que a ocorrência de "nematoides" - praga de difícil controle, justifica o pagamento

Superior Tribunal de Justiça

de indenização em decorrência dos contratos firmados pelas partes (Cédulas Rurais Pignoratícias n^{os} 90/01042-6 e 90/01041-8).

Portanto, de se concluir que, em se tratando o PROAGRO de um seguro de crédito rural, bem como que a hipótese é de cobertura do sinistro, não havendo qualquer excludente verificável ao caso, que a sentença de primeiro grau é irretocável, devendo, assim, ser mantida em sua integralidade, com o desprovido da apelação ora em tela. Até porque a responsabilidade pelos recursos financeiros do programa é do ora apelante, o BACEN. (e-STJ fls. 2.062-2.063)

Assim, a pretensão recursal, em verdade, traduz-se em **inconformismo** com a decisão posta. Amolda-se à espécie, pois, o entendimento pretoriano consolidado quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 123 DO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO — CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO DE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.
(...)

2. Quando o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não se configura ofensa ao artigo 535 do CPC. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte.

3. (...)

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 1265516/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 30/06/2010, grifei)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO

Superior Tribunal de Justiça

INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. MULTA ADMINISTRATIVA. NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em omissão existente no acórdão quando o Tribunal local julga integralmente a lide, apenas não adotando a tese defendida pela recorrente, tampouco se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. Precedentes.

2. Diante dos fundamentos assentados no acórdão recorrido, verifica-se que rever o entendimento do Tribunal de origem quanto à inexistência de vícios no processo administrativo, que resultou na aplicação de multa à recorrente, demandaria reexaminar as provas constantes dos autos ou, ainda, interpretar as cláusulas contratuais firmadas entre as partes, medidas vedadas em recurso especial ante o óbice fundado nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1036898/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017)

Assim, não procedem as alegações recursais.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NEGAR provimento ao recurso especial.

Considerando a prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 500,00 R\$ (quinhentos reais), nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator